

EDGAR E JOSÉ CARLOS: PAI E FILHO NA RESISTÊNCIA À DITADURA*

EDGAR AND JOSÉ CARLOS: FATHER AND SON ON THE RESISTANCE TO THE DICTATORSHIP

BERNARDO NOVAIS DA MATA MACHADO**

Fui convidado a falar neste seminário na condição de membro de uma família que sofreu perseguição durante a ditadura civil-militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1985. Falarei particularmente sobre meu irmão, José Carlos Novais da Mata Machado, torturado e morto em 1973, aos 27 anos, no Departamento de Operações de Informações do IV Exército (Doi-Codi de Recife); e sobre a trajetória de meu pai, o professor Edgar de Godói da Mata-Machado, que além da perda do filho foi aposentado compulsoriamente da Faculdade de Direito da UFMG, teve o mandato de deputado federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo Ato Institucional nº 5. Ambos marcaram suas vidas pela luta contra as ditaduras (meu pai lutou também contra a ditadura do Estado Novo).

Para contar a trajetória dos dois, pai e filho, selecionei algumas datas marcantes:

1946: José Carlos nasce no Rio de Janeiro, onde meu pai fazia a cobertura jornalística da Constituinte. No plano internacional, o mundo vivia o início da chamada Guerra Fria;

* Pronunciamento feito no Seminário sobre os “50 anos do golpe militar de 1964”, realizado na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (MG) no dia 2 de abril de 2014.

** Historiador, cientista político, pesquisador da Fundação João Pinheiro (MG), filho de Edgar e irmão de José Carlos.

1964: golpe civil-militar no Brasil; José Carlos entra na Faculdade de Direito e meu pai renuncia ao cargo de secretário do Trabalho e Cultura Popular do governo Magalhães Pinto;

1968: ano intenso marcado por vários fatos importantes: uma onda de rebeldia da juventude atravessa o mundo; no Brasil, depois de inúmeras passeatas e manifestações públicas, o ano termina com a queda do Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), e com a edição do Ato Institucional nº 5, fatos que jogaram Zé Carlos na prisão e que motivaram, em 1969, a cassação do mandato do então deputado federal Edgar da Mata-Machado. Também em 1968, na Faculdade de Direito da UFMG, há a formatura da turma de José Carlos, tendo como paraninfo o professor Edgar;

1973: José Carlos é assassinado;

1979: o professor Edgar, anistiado, retorna para a UFMG.

Antes de começar a detalhar essa cronologia, faço um parêntese para contar uma história do folclore da Faculdade de Direito que envolve esses dois personagens. Dizem que José Carlos, quando entrou na Escola em 1964, foi imediatamente identificado como “o filho do professor Edgar”. Dois anos depois, quando se tornou líder estudantil e presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), o Prof. Edgar já tinha perdido um bocado do seu prestígio: passou a ser identificado como “O pai do Zé Carlos”. Pois bem, iniciemos.

1946: Meu pai tinha ido morar no Rio de Janeiro para escapar da perseguição de que fora vítima em Belo Horizonte, depois do lançamento, em 1943, do Manifesto dos Mineiros, ato que marcou o começo do fim da ditadura de Getúlio Vargas, que se iniciara em 1937, com o golpe do Estado Novo. Meu pai não chegou a assinar o Manifesto. João Franzen de Lima, diretor do jornal “O Diário”, assinou, mas, prevendo a perseguição que viria, combinou com seu redator-chefe, Edgar da Mata-Machado, que não assinasse, a fim de preservar a equipe do jornal. Mesmo sob a

censura, o “O Diário Católico” era uma trincheira de resistência à ditadura getulista. De fato, a pressão do governo Vargas provocou a saída do diretor e manteve o redator-chefe, mas não por muito tempo. Com o mesmo intuito de preservar o jornal, meu pai deixou a chefia de redação de “O Diário” e se mudou para o Rio de Janeiro em 1944, onde continuou a trabalhar como jornalista e também na Editora Agir, ao lado de Alceu de Amoroso Lima. No Rio, manteve constantes contatos com políticos e intelectuais que atuavam na resistência à ditadura de Getúlio.

Em 1946 foi elaborada a nova Constituição brasileira, selando a transição do Estado Novo para a democracia, que seria preservada até 1964. O jornalista Edgar Mata-Machado fez a cobertura da Constituinte. Foi também nesse período que teve início a chamada Guerra Fria, que após a Segunda Guerra Mundial dividiu o mundo em dois grandes blocos antagônicos: capitalista (liderado pelos Estados Unidos) e socialista (liderado pela União Soviética). A Guerra foi chamada de “fria” porque não se deu no calor dos combates, mas por meio da corrida armamentista, que mantinha em equilíbrio o potencial bélico de cada potência, a fim de evitar o confronto direto; pela corrida espacial, para ver quem chegava primeiro na lua; pela disputa ideológica, insuflada pela publicidade dos governos, que incluía o cinema e a televisão; e por meio das intervenções militares que ora os EUA, ora a URSS, faziam na África, Ásia e América Latina, disputando a hegemonia geopolítica do mundo.

Para compreender a trajetória de Edgar e Zé Carlos, é importante dizer que os dois passaram grande parte de suas vidas sob o signo da Guerra Fria, que vai de 1945 a 1989, quando cai o muro de Berlim e entra em desintegração o império soviético. As ditaduras que nesse período se instalam na América Latina, sob o beneplácito dos Estados Unidos, devem mesmo ser compreendidas como capítulos da Guerra Fria, que nos países periféricos não foi nada fria...

1964: Em março, ocorre o golpe civil-militar no Brasil. Nessa ocasião os norte-americanos estavam especialmente preocupados com a América Latina, por causa da Revolução Cubana (1959).

Cuba havia se tornado o primeiro país socialista das Américas e seu exemplo influenciava a juventude latino-americana. Logo depois de José Carlos entrar na Faculdade de Direito, a ditadura se instala, embora de 1964 a 1968 ela possa ser chamada de “envergonhada”, se comparada ao período imediatamente posterior, que vai de 1968 a 1977, quando sob o Ato Institucional nº 5 o Brasil viveu o terror de Estado em sua expressão máxima. Uma passagem do livro “Zé; uma reportagem”, escrito pelo jornalista Samarone Lima,¹ ilustra bem o clima dessa primeira fase da ditadura. Um estudante da turma do Zé Carlos, o Plínio, é preso durante uma passeata. Os amigos, reunidos no bar depois da manifestação, planejam uma forma de soltá-lo: fazer uma serenata na casa do secretário de Segurança, torcedor do Galo, a fim de amolecer o coração do homem. Depois de várias canções, entoam o hino do Atlético e assim conseguem atingir o objetivo: Plínio é solto. Caso semelhante a esse seria impossível de acontecer durante a vigência do AI-5, quando a barra pesou de vez.

Em 1964, meu pai era secretário do Trabalho e da Cultura Popular, secretaria que ele mesmo fundou e instalou no governo Magalhães Pinto, encarregada de mediar conflitos entre capital e trabalho e promover “a ascensão da classe operária através da cultura popular”.² No dia seguinte ao golpe, o governador chamou meu pai e lhe comunicou ter dado apoio ao movimento (na verdade, Magalhães Pinto foi um dos articuladores civis do golpe). Disse também que os militares estavam exigindo a prisão dos líderes sindicais. Meu pai logo reagiu: “então preciso avisar os presidentes dos sindicatos dos riscos que eles estão correndo”. Ao que o governador retrucou: “mas Edgar, você não pode fazer isso, você é meu secretário!” E meu pai rebateu: “a partir deste momento não sou mais”. E ali mesmo redigiu uma carta renunciando ao cargo de secretário de Estado. E ainda teve tempo de avisar os dirigentes

1 LIMA, Samarone. ZÉ – José Carlos Novais da Mata Machado; uma reportagem. Belo Horizonte, Mazza Edições, 1998.

2 NEVES, Lucília *et al.* (Org.). Edgar de Godói da Mata-Machado: fé, cultura e liberdade. Entrevista de história oral concedida a Lucília de Almeida Neves, Otávio Soares Dulci e Virgínia dos Santos Mendes. Belo Horizonte, Editora UFMG; Loyola, 1993, p.187.

sindicais, conseguindo salvar muitos da prisão. Meu pai não teve medo de tomar essa decisão, mas ela lhe custou muito caro. Como vocês sabem, a ditadura iria durar mais de vinte anos, a mais cruel que o país viveu durante toda a sua história republicana. E meu pai, meu irmão e toda a nossa família iríamos sofrer muitas perseguições.

1968: Edgar cumpria mandato de deputado federal em Brasília, para o qual fora eleito, em 1966, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao governo. Oposição moderada, admitida pela ditadura, que assim pretendia passar a imagem de “democrática”. José Carlos, depois de ocupar a presidência do CAAP, fora eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes, a UNE, que naquele ano de 1968 liderava passeatas de protesto contra a ditadura em todo o país. Na verdade, em 1968, várias partes do mundo viram a juventude se mobilizar. Uma onda de rebeldia, principalmente dos estudantes, varreu cerca de 40 países. Há características compartilhadas pelas diversas sociedades atingidas e que explicam a simultaneidade dos acontecimentos: o aumento quantitativo das classes médias; a importância dos jovens na composição etária da população; o acesso crescente ao ensino superior; a crescente urbanização; e a massificação cada vez maior, promovida pelos meios de comunicação, sobretudo pela televisão. Sobre o papel da televisão vale citar o historiador Daniel Aarão Reis Filho:

[...] os tiros dos soldados norte-americanos nas selvas do Vietnã ecoavam nas salas de jantar das cidades brasileiras, assim como as mulheres norte-americanas queimando sutiãs, e os negros queimando cidades, e os protestos dos estudantes franceses contra a repressão sexual, e as pernas das garotas londrinas com suas ousadas minissaias, e os Beatles, cabeludos, com sua irreverência [...], e os guardinhas vermelhos, no outro lado do mundo, agitando o livrinho vermelho do grande timoneiro. Eram barricadas por toda a parte: de tijolos e ideias, de sonhos e propostas de aventuras, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável, como a utopia, quando ela parece estar ao alcance das mãos.³

3 REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *Rebeldes e contestadores: 1968*, Brasil, França

Contudo, os movimentos de 1968 foram influenciados também pela conjuntura de cada país. No Brasil o ano é marcado sobretudo pela luta dos estudantes contra a ditadura militar e termina com o Ato Institucional nº 5, que endurece ainda mais o regime e joga o Brasil no período mais obscuro de sua história (1969-1977). Ainda antes de baixar o AI-5, os militares desmantelaram o Congresso da UNE e Zé Carlos, junto com várias lideranças do movimento estudantil, foi preso. No começo de 1969, por força do mesmo AI-5, meu pai teve cassado seu mandato de deputado, os direitos políticos suspensos e o que mais lhe doeu naquele momento: foi aposentado compulsoriamente da Faculdade de Direito.

Um pouco antes disso, ainda no final de 1968, quando meu pai exercia os últimos dias de seu mandato, realizou-se a formatura da turma do Zé Carlos, que não pôde comparecer por estar preso. O professor Edgar fora convidado para ser o paraninfo. Seu discurso, intitulado “A Revolução pelo Direito”, reproduziu os conceitos que ele defendera em sua tese de livre-docência, de 1954, com o título “Contribuição ao Personalismo Jurídico”. O objetivo principal da tese era, nas suas palavras, o de “atenuar o processo individualista, que é muito característico de certa evolução do Direito [...] e introduzir a ideia de pessoa como fundamento da atividade jurídica”.⁴ A distinção entre indivíduo e pessoa é essencial: o indivíduo existe somente para si, é egoísta; a pessoa humana existe para si, mas também para o outro, vale dizer, para a comunidade. A consequência política dessa distinção é a seguinte: nem o individualismo possessivo do regime capitalista, que brutaliza a pessoa, nem o coletivismo estatizante do comunismo, que a todos despessoaliza.

A crítica ao comunismo vale para qualquer outro regime totalitário ou autoritário, incluindo o nazismo, o fascismo, o franquismo, o salazarismo, o getulismo e todos os tipos de ditadura. Esses regimes têm em comum a despessoalização dos governados

e Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

4 NEVES, Lucília *et al.* (Org.). **Edgar de Godói da Mata-Machado: fé, cultura e liberdade**. Op. cit., p. 175.

– que são reduzidos a **massas** –, e o culto à personalidade do governante – o chefe de Estado –, também impossibilitado de ser pessoa, porque alçado a **divindade**. Divindade dos infernos, como a história demonstra.

A difusão do personalismo comunitário possibilitou que após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, o mundo chegasse a um consenso, precário, é verdade, em torno da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi saudada por meu pai como a maior expressão jurídica dessa corrente política e filosófica. É por isso que os artigos da Declaração sempre começam com as palavras: “Toda **pessoa** tem direito a... vida, liberdade etc.”

No mesmo discurso pronunciado na solenidade de formatura o professor Edgar começa se perguntando: “Por que paraninfo?” e responde:

Recebi o vosso convite num momento trágico. Encontrava-me na capital da República. Dois dias apenas se haviam passado desde que a Universidade Nacional de Brasília fora invadida por forças policiais militares e um estudante tombara com um tiro na cabeça. Outros tinham sido humilhados e feridos. A um deles se atingiu na própria alma,⁵ o que o levou quase à loucura. O que é que meus afilhados quereriam de mim? A reiteração do protesto? Um esboço de solução aos problemas que vive o país, desde 1964, quando sua juventude foi praticamente posta à margem da vida nacional, tidos os moços como agentes ou como instrumentos da subversão? Por que a escolha do velho mestre, afastado do convívio de seus alunos para o exercício de tarefas que o povo lhe confiara? Padrinho é pelo afeto, é pela consciência da função, revestido de certa paternidade. Quem sabe, então, teríeis honrado como paraninfo o pai e professor, por causa de um de vós, hoje num cárcere, a pagar o crime de sonhar com a construção do futuro?⁶

1973: Governo Garrastazu Médici. De todos os anos da ditadura esse talvez tenha sido o mais terrível e cruel. José Carlos já

5 Provavelmente se referia ao estudante da Universidade de Brasília, de nome Idalício, vítima de violentas torturas que vinham sendo praticadas pelo regime desde 1964, mas que se tornariam rotina após o AI-5.

6 NEVES, Lucília *et al.* (Org.). **Edgar de Godói da Mata-Machado: fé, cultura e liberdade**. Op. cit., p. 174.

tinha ido para a clandestinidade, opção feita em 1969 logo após oito meses de prisão. Não vira alternativa de manter-se na luta senão na clandestinidade. Em casa, meu pai recebia diversos relatos de presos políticos denunciando torturas. Confiavam que ele, um defensor dos direitos humanos, poderia ajudá-los. Nossa casa era vigiada e os telefones censurados. Quando a gente atendia ao telefone escutávamos um barulhinho, que era o de um gravador sendo ligado. Muitas vezes eu interrompia a conversa que estava tendo com algum conhecido para falar com os censores pelo telefone. Eu dizia: “Sei que vocês estão aí me ouvindo. Vocês não têm coisa melhor para fazer? Que profissão horrível essa de ficar escutando conversa dos outros”. Quando saía de casa muitas vezes eu era seguido. Numa dessas vezes, virei uma esquina e parei para deixar meu perseguidor passar. Quando ele passou, eu é que comecei a segui-lo. O sujeito ficou apavorado. Apressou o passo e eu atrás dele, naquele clima. Quando estava chegando na Praça da Savassi, eu parei e voltei para casa. Já estava satisfeito com o meu feito. Perigoso, por sinal. Conto essa história para mostrar o clima de terror que imperava na época. Todos tinham medo de todos. Aliás, é isso que caracteriza uma ditadura. A ditadura é o terror de Estado disseminado pelo tecido social. É o medo elevado a forma de governo. Quando recebíamos os relatos de tortura, tínhamos que queimar logo os papéis. Não podíamos ficar com nada que pudesse nos comprometer. Na rua, ao ouvir uma sirene, nosso coração disparava. Em qualquer reunião havia sempre um agente da repressão infiltrado e a gente vivia falando aos sussurros.

Quero contar a vocês uma história que aconteceu dias depois do assassinato do Zé Carlos. Papai estava muito abatido e quase paralisado de dor. Era hora do café da manhã. Eu cheguei para ele e disse: “Pai, nós não vamos fazer nada? Nós temos de fazer alguma coisa!” Ele me respondeu: “Mas fazer o quê, meu filho?” Eu disse: “Sei lá, pai, vamos escrever um relato dos acontecimentos e denunciar onde a gente puder. Você tem amigos influentes, a gente pode fazer chegar até eles o que aconteceu”. De repente, despertando da dor e enchendo-se de coragem, ele mandou que eu datilografasse uma cronologia dos acontecimentos e começou uma grande articulação para denunciar o caso. Fluente em inglês e francês, fez

contato com seus antigos companheiros de jornais católicos de todo o mundo. Ao telefone transmitia os fatos com rapidez, como se tivesse recuperado seus anos de jovem jornalista, quando fazia a cobertura da queda de Getúlio Vargas e da Constituinte de 1946. Procurou também seus colegas parlamentares do MDB, entrou com uma petição na Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, mobilizou seus amigos no Recife para tentar recuperar o corpo do Zé Carlos. Queria cumprir o sagrado direito de enterrá-lo. Tenho certeza de que foi toda essa mobilização que fez com que os militares acabassem liberando o corpo do Zé. Foi sua coragem que fez de nós uma família relativamente privilegiada. Há cerca de 140 desaparecidos políticos no Brasil cujas famílias não têm praticamente nenhuma notícia deles. Não sabem se morreram (isso é praticamente certo), como morreram (com certeza foi na tortura) e nem onde estão enterrados (sabe-se que alguns corpos foram jogados ao mar). Semana passada, por meio de um depoimento na Comissão Nacional da Verdade, ficamos sabendo que muitos corpos foram esquartejados e lançados nos rios. Imaginem o que passam essas famílias até hoje. Nós, ao contrário, pudemos sepultar o Zé e assim exercer um direito consuetudinário dos mais antigos e fundamentais da pessoa humana: poder honrar e sepultar seus mortos.

1979: Meu pai foi anistiado e retornou para a Universidade. Houve duas homenagens, uma na Faculdade de Filosofia e outra na Faculdade de Direito, quando ele recebeu o título de professor emérito, junto com outros professores também punidos pela ditadura. Lembro-me da homenagem na Faculdade de Filosofia (onde eu estudava História), quando ele citou no discurso um autor francês, Jacques Rivière, que foi prisioneiro dos alemães na Primeira Guerra Mundial e escreveu um livro sobre o “dever de imprevidência”. O que vem a ser o dever de imprevidência? Ele se impõe quando, submetidos a um estado de opressão, não temos outra escolha senão partir para a luta. Não importa a carreira profissional, a família, a riqueza, o futuro ou a própria vida. Temos o dever de ser imprevidentes. Só a luta deve nos mobilizar, até que a liberdade seja reconquistada. Hoje sei que meu pai se referia não apenas à sua trajetória pessoal, mas também à do Zé Carlos. E também fazia

uma crítica sutil àqueles que na Universidade se omitiram ou mesmo aderiram ao regime. Aos que foram “previdentes”.

Se a cada direito corresponde um dever, penso que a contrapartida ao dever da imprevidência é o direito à revolução (ou à rebelião), já consagrado entre os direitos humanos de caráter civil. E concludo dizendo: se José Carlos exerceu o seu direito à revolução, o pai, o professor Edgar, lutou toda a vida por uma revolução pelo Direito. E o que vem a ser a revolução pelo Direito? É a transformação da sociedade pelo efetivo exercício dos direitos humanos. Revolução cujo maior objetivo é superar o individualismo, egoísta e possessivo, e construir a pessoa humana, que é para si, mas também para o outro. A partir desse princípio, edificar uma sociedade fundada na cooperação, mais do que na competição; na valorização do trabalho, e não do dinheiro; na solução de conflitos não pela violência, mas por meio do diálogo.

Creio que são essas as principais mensagens que entre nós deixaram as trajetórias de vida de José Carlos e Edgar da Mata-Machado: **o direito à revolução e a revolução pelo Direito.**

Obrigado!

REFERÊNCIAS

LIMA, Samarone. **ZÉ – José Carlos Novais da Mata Machado; uma reportagem.** Belo Horizonte, Mazza Edições, 1998.

NEVES, Lucília *et al.* (Org.). **Edgar de Godói da Mata-Machado: fé, cultura e liberdade.** Belo Horizonte, Editora UFMG; Loyola, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.